

agenda assistente social
2016

**80 ANOS
DO SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

• EXPEDIENTE •

Agenda Assistente Social 2015 **80 anos do Serviço Social no Brasil**

Uma publicação do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

Endereço

SCS - Quadra 02, Bloco C, Ed. Serra Dourada, salas 312/318. Brasília - DF - Brasil
CEP 70300-902 • Fone ++ 55 (61) 3223-1652 • Fax ++ 55 (61) 3223-2420
cfess@cfess.org.br • www.cfess.org.br

Diretoria

Presidente • Maurílio Castro de Matos (RJ)
Vice-presidente • Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª secretária • Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª secretária • Daniela Castilho (PA)
1ª tesoureira • Sandra Teixeira (DF)
2ª tesoureira • Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

Conselho Fiscal

Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)

Suplentes

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlénia Sobral do Vale (CE)
Lilian da Silva Gomes Melo (AM) - licenciada
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)
Hirley Ruth Neves Sena (MS)

.....

Realização e edição de conteúdo

Comissão de Comunicação
Daniela Neves (coordenadora),
Daniela Castilho, Erlénia Sobral e
Maurílio Matos

Assessoria de comunicação e revisão de textos

Diogo Adjuto - JP/DF 7823
Rafael Werkema - JP/MG 11732

**Pesquisa editorial, elaboração, seleção
de textos e organização de conteúdo**
Mione Apolinário Sales

**Projeto gráfico, editoração eletrônica
e ilustrações**
Rafael Werkema

Esta agenda foi impressa em dezembro
de 2015 em Brasília - DF

Canta, canta uma esperança

80 anos do Serviço Social no Brasil

"Canta, canta uma esperança

Canta, canta uma alegria

Canta mais

Revirando a noite

Revelando o dia

Noite e dia, noite e dia

Canta a canção do homem

Canta a canção da vida

Canta mais

Trabalhando a terra

Entornando o vinho

Canta, canta, canta, canta

Canta a canção do gozo

Canta a canção da graça

Canta mais

Preparando a tinta

Enfeitando a praça..."

(Chico Buarque)

"Devo confessar preliminarmente que, entre um Conde e um passarinho, prefiro um passarinho. Torço pelo passarinho. Não é por nada. Nem sei mesmo explicar essa preferência. Afinal de contas, um passarinho canta e voa. O Conde não sabe gorjear nem voar. O Conde gorjeia com apitos de usinas, barulheiras enormes, de fábricas espalhadas pelo Brasil, vozes dos operários, dos teares, das máquinas de aço e de carne que trabalham para o Conde. O Conde gorjeia com o dinheiro que entra e sai de seus cofres, o Conde é um industrial, e o Conde é Conde porque é industrial. O passarinho não é industrial, não é Conde, não tem fábricas. Tem um ninho, sabe cantar, sabe voar, é apenas um passarinho e isso é gentil, ser um passarinho". (Rubem Braga, em O conde e o passarinho – 1936).

No mesmo ano em que foi fundada a primeira escola de Serviço Social do Brasil (1936), e que elegemos como a data em que surge a profissão de Serviço Social no Brasil, o poeta e cronista mineiro Rubem Braga publicava O Conde e o Passarinho. Este texto serve de me-

• APRESENTAÇÃO •

táfora para o surgimento de uma profissão que, desde o princípio, tem um engajamento e um empenho em produzir respostas para as diversas expressões da questão social no Brasil. Em 80 anos, a imagem de mocinhas bem comportadas e cheias de boas intenções de outrora, embora no fundo se tratasse de mulheres fortes, como Josefina Albano, Esolina Pinheiro e Nadir Kfoury, imbuídas da determinação em ocupar um lugar no mercado de trabalho, cedeu lugar a uma profissão bastante heterogênea em termos socioeconômicos e com profissionais situadas não somente entre as classes sociais mais abastadas. As colorações políticas e ideológicas das pioneiras do Serviço Social no Brasil, como sabemos, nascem marcadas pela grande aproximação com as hostes da Igreja Católica e de costas para os movimentos sociais de tradição socialista, em consonância com a conjuntura histórica em que se instituiu, logo depois, o Estado Novo. Contudo, podemos identificar, nas ações e motivações daquelas profissionais, à maneira de Alvin Gouldner (*La Crisis de la Sociología Occidental*, 1973), um núcleo de valores oriundos do cristianismo, com seus componentes humanistas e sociais, que posteriormente, sob uma versão laica, seriam base ao perfilamento de um projeto profissional distinto dos interesses imediatos das classes dominantes.

Podemos ser severos/as com as pioneiras por sua postura inicial de controle das classes trabalhadoras e adesão imediata aos interesses dominantes, e podemos também enxergar nelas o mesmo ar dos tempos que também influenciaram, a princípio, grandes figuras da música, da intelectualidade e da poesia dentro e fora do Brasil, como Vinícius de Moraes, Simone de Beauvoir e Chico Buarque. Isso não impediu que, mais tarde, esses grandes personagens e referências crítico-poéticas e políticas subvertessem os conteúdos morais e ideológicos de sua socialização primária. Distraindo “o ferro do suplício”, puderam ir ao encontro de práticas libertárias e contribuir com conteúdos novos e emancipadores na música, literatura e filosofia. No Serviço Social, muitos embates políticos e lutas institucionais se fizeram necessários no ensino e na prática profissional (“Revirando a noite/Revelando o dia/Noite e dia/noite e dia”), para que a profissão, ao longo deste quase um século de existência (1936–2016), desenhasse coletivamente para si um novo perfil de profissional e um projeto ético-político renovado, porque comprometido com a emancipação das classes trabalhadoras.

• APRESENTAÇÃO •

Nossa saudação, portanto, à determinação das pioneiras! Parafraseando o poeta Drummond sobre o papel de Mario de Andrade também na década de 30, podemos dizer que as iniciativas daquelas mulheres, nos primórdios do Serviço Social “eram ruas que se abriam”. Parabéns, assim, a toda a categoria de assistentes sociais!

A **Agenda Assistente Social 2016** vem, portanto, propiciar uma pequena viagem pelo tempo e se propõe a revisitar alguns marcos políticos e acadêmicos que fizeram a história da profissão ao longo desses 80 anos. Paralelamente a essas inestimáveis referências políticas e profissionais, propomos uma rica gama de elementos sociais, políticos, culturais e poéticos no corpo da agenda – sempre que possível, reveladores da questão social e do imaginário das classes trabalhadoras – que pontuaram o século XX e esse começo de século XXI, enquanto cenário de fundo do agir profissional e da organização política da categoria. A noção de liberdade, valor central do nosso Código de Ética, é ilustrada por referências poéticas ao canto e voo dos pássaros, mas, em contraste, também graças à menção de episódios histórico-políticos nacionais e internacionais, que denunciam o risco de perda individual e coletiva desse direito fundamental. Nossa escolha se justifica, a partir do poeta e compositor cearense Ednardo, quando diz que “cantar parece com não morrer...”. Por fim, os versos do poeta e compositor Chico Buarque, em sua música Fantasia, atravessam a agenda, tecendo e costurando toda uma trama de sentidos e propósitos fecundados pela categoria nesses 80 anos. A noção de esperança, ao lado da defesa intransigente do valor da liberdade é, a nosso ver, crucial ao desafio cotidiano de trabalhar, sonhar e lutar para uma sociedade emancipada. Assistentes sociais, individual e coletivamente, estão assim ao lado de todas as pessoas que cantam a “canção da vida”: “canta, canta, canta!”

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)



*mulheres à
frente do seu
tempo!*



JANEIRO

1936

Os primeiros passos do Serviço Social no Brasil

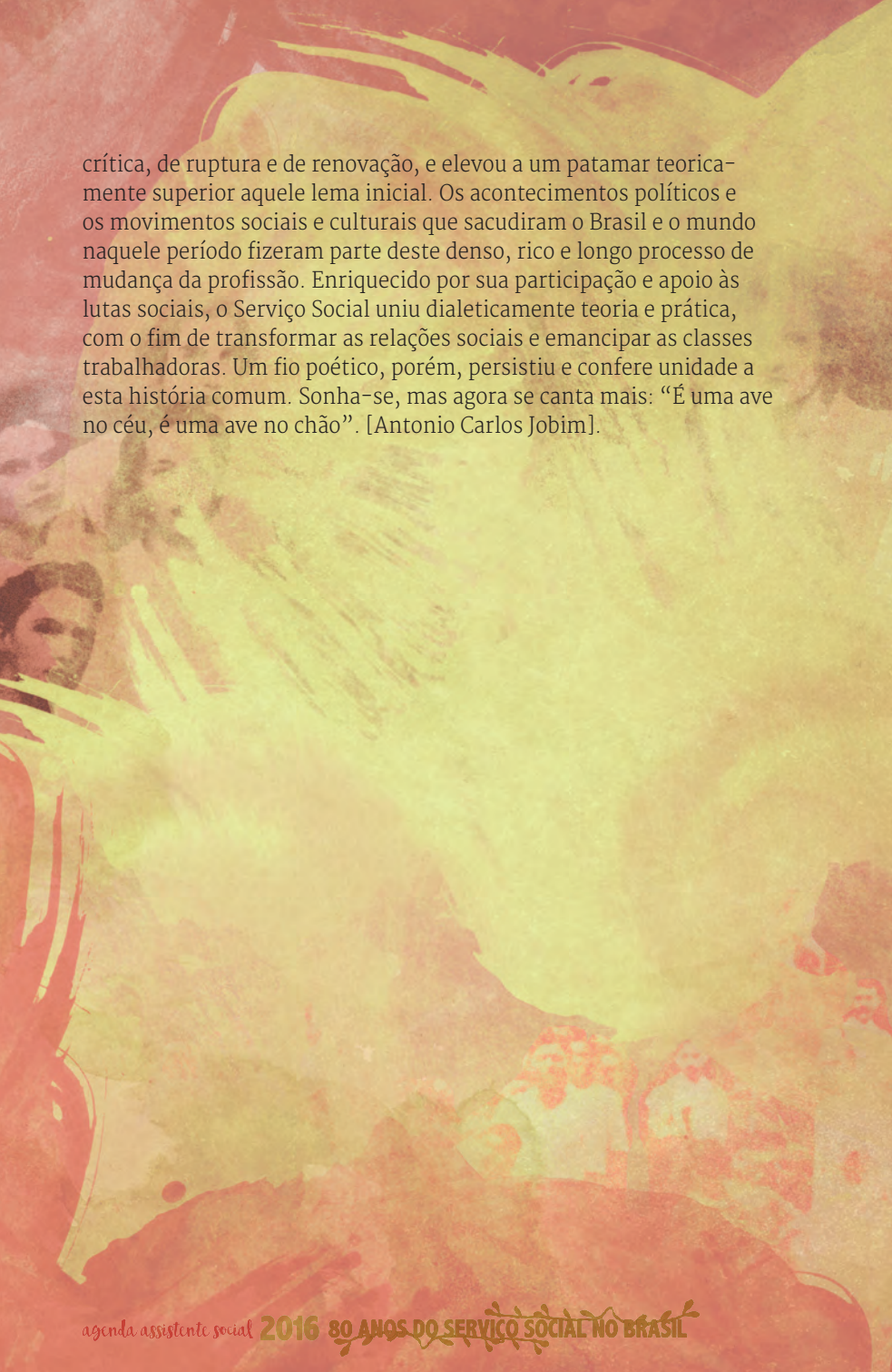
Canta, canta uma alegria...

A data de comemoração do surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil coincide com a data de criação da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, que, anos mais tarde, é integrada ao seio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ela foi fruto do esforço coletivo de jovens engajadas no movimento da Igreja Católica e cuja intenção primeira era contribuir para o engendramento de uma ação profissional em favor da justiça social. Essas moças católicas, oriundas das camadas abastadas da sociedade paulista, estavam envolvidas no processo histórico de reconhecimento da questão social, sua racionalização e controle do operariado. Assim, perceberam a importância do papel da formação profissional e se mobilizaram nesta direção. Duas delas partiram, respectivamente, para França e Bélgica, a fim de estudar nas principais instituições de ensino de Serviço Social

daqueles países, École Normale Sociale e Institut Catholique de Paris, e também na École Catholique de Service Social em Bruxelas. De volta da Europa, Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl trouxeram subsídios para a criação da primeira Escola de Serviço Social, o que motiva hoje os festejos dos 80 anos da profissão no Brasil.

Da militância daquelas jovens e das primeiras iniciativas de constituição de um mercado de trabalho e de mão de obra feminina, destaca-se uma atuação posteriormente não somente em obras e instituições assistenciais de vulto do Estado Novo, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), mas um trabalho junto à classe operária. Destaca-se neste âmbito a criação também do Centro Leão XIII. Nesses novos espaços, nomes como Helena Iracy Junqueira, Nadir Kfoury, Edith Marques, Lucy Pestana e Guiomar Urbina Telles esboçaram as primeiras sistematizações da prática em resposta às expressões da questão social no Brasil dos anos 1930 e 1940. Mesmo datadas e ainda muito incipientes, além do forte veio confessional, as contribuições dessas pioneiras tiveram caráter inaugural em matéria de Serviço Social e também como mulheres à frente do seu tempo. Uma delas foi a primeira mulher vereadora de São Paulo. Outra escreveu trabalho em defesa das creches. Outra, mais tarde, como reitora da PUC-SP, vai enfrentar a polícia em defesa da comunidade universitária. São posturas que, mesmo atreladas ainda a um arcabouço político e ideológico católico, deram mostra do seu vanguardismo e coragem como mulheres em estudar, ensinar e trabalhar fora. Alguns homens vão, depois, a elas se somar, tornando-se os primeiros assistentes sociais masculinos (Luis Carlos Mancini, José Pinheiro Cortez, Francisco Paula Ferreira, dentre outros). Foram eles também importantes pioneiros no trabalho junto aos operários e operárias em seus locais de moradia. Assim, desde cedo, a profissão no Brasil vai assumir um perfil social e profissional original. Um dos primeiros lemas, à guisa de método da profissão, era ver-julgar-agir. Ele assinalava a necessidade de observação, leitura da realidade, por meio de diagnósticos e balanços sociais, com vistas a uma intervenção nos problemas sociais.

Como dizia o grande poeta Luís de Camões, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança: todo o mundo é composto de mudança, tomando-se sempre novas qualidades”. Nesse quase um século de existência, o Serviço Social brasileiro vivenciou inúmeros processos de mudança, de reconceituação, de



crítica, de ruptura e de renovação, e elevou a um patamar teoricamente superior aquele lema inicial. Os acontecimentos políticos e os movimentos sociais e culturais que sacudiram o Brasil e o mundo naquele período fizeram parte deste denso, rico e longo processo de mudança da profissão. Enriquecido por sua participação e apoio às lutas sociais, o Serviço Social uniu dialeticamente teoria e prática, com o fim de transformar as relações sociais e emancipar as classes trabalhadoras. Um fio poético, porém, persistiu e confere unidade a esta história comum. Sonha-se, mas agora se canta mais: “É uma ave no céu, é uma ave no chão”. [Antonio Carlos Jobim].

a ilusão da
ajuda e sua
racionalização



FEVEREIRO

1946



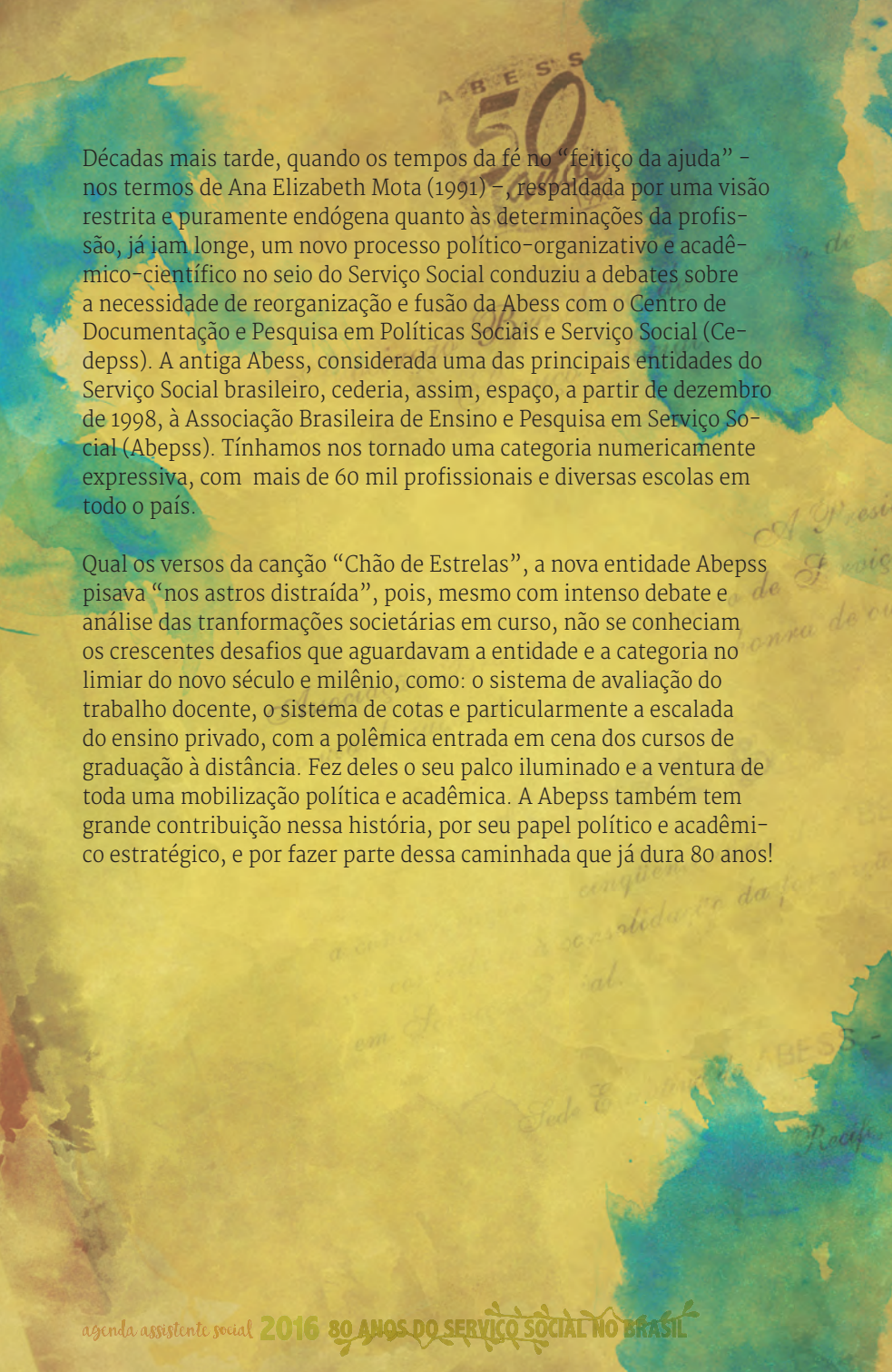
Criação da Abess

- Proteção à Infância abandonada e delinquente no Brasil
- A Criança, a Família, a Comunidade • A Assistente Social na Creche • Lepra e Serviço Social • A Empregada Doméstica e seu desamparo moral, profissional e social • Serviço Social e Racionalização • O Sentido da Formação Profissional dos Trabalhadores • A Crise da Família à Luz das Estatísticas • O Serviço Social em São Paulo • A Educação Popular através do Serviço Social de Grupo no SENAI • Um Caso de Reajustamento
- Férias na Indústria e seu Aproveitamento • Restauração Cristã do Matrimônio • A Importância do Preparo Técnico dos Trabalhadores Sociais • Asilos para Menores em São Paulo • Histórico da Assistência Social em S. Paulo • A Profissão de Assistente Social nos Estados Unidos • O Assistente Social deve ser um Técnico • Desajustamento Social • O Drama das Obras Sociais • Vocaçao e Profissão • A "Construção da Legislação Social • O Assistente e a Liberdade do Assistido • Reações Anti-sociais de Menores Abandonados • Serviço Social: infância e juventude desvalidas • A Desadaptação do Imigrante Nacional • As Bibliotecas Infantis do Estado de São Paulo • Finalidade das Creches • Formação Moral do Assistente Social
- Nem o liberalismo, nem o individualismo, nem o comunismo, o humanismo cristão •

Canta mais...

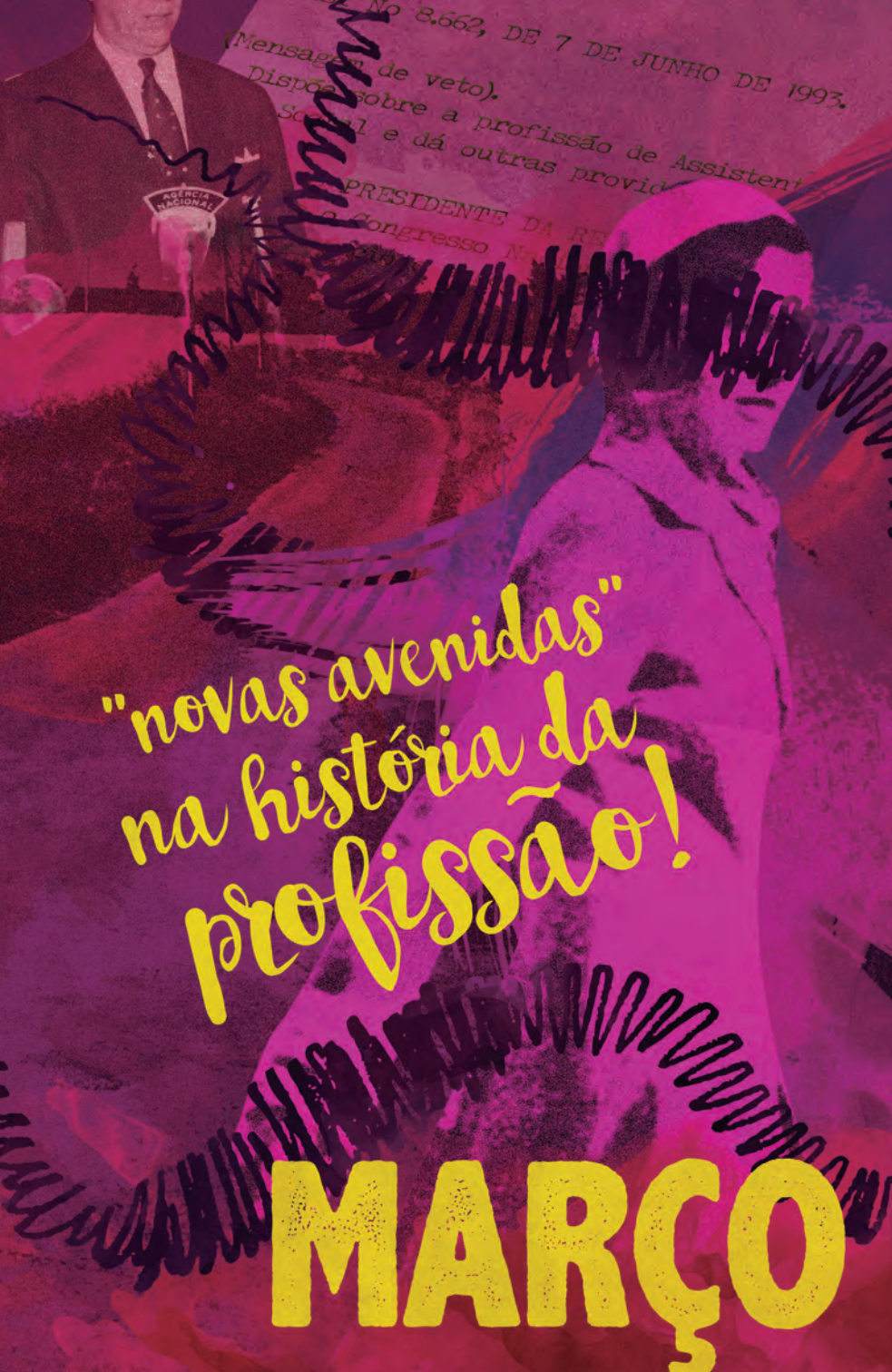
O mundo foi sacudido pela Segunda Guerra Mundial, havendo um choque profundo de ideologias e valores. Derrotado o nazismo, perfilam-se, no final, dois grandes blocos políticos, econômicos e culturais – capitalista e socialista –, engendrando-se, após 1945, as bases da Guerra Fria. Nesse ínterim, o Serviço Social no Brasil, inicialmente associado à Ação Social Católica, vai, a partir de 1935, progressivamente organizar-se como profissão requisitada e organizada pelo aparelho de Estado. Criada a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo em 1936, vão suceder-lhe rapidamente mais duas escolas no Rio de Janeiro (1937) e no Paraná (1944). Pouco a pouco, impõe-se a necessidade de organizar o ensino e dar asas teórico-científicas à nova profissão. Esta se desenvolve em sintonia com as demandas do capital e do trabalho ou, mais amplamente, para dar respostas às contradições deste embate histórico-social, tendo como pano de fundo, segundo José Paulo Netto (1991), a questão social sob o capitalismo monopolista em expansão.

A sociedade brasileira urbaniza-se a olhos vistos e o sistema produtivo complexifica-se, novas necessidades sociais e econômicas se delineiam. Naquele momento, em que as autorrepresentações do Serviço Social ainda se prendiam à noção de um “profissional da ajuda” ou de “modernos agentes da caridade”, dá-se um importante fato, que seria decisivo para o futuro da profissão: é fundada, em 10 de outubro de 1946, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess). Em fins da década de 40, de acordo com Marilda Yamamoto (1982), havia um total de 14 escolas e o número de profissionais brasileiros já chegava a 300. Os principais objetivos da Abess eram assim: a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional. As preocupações e práticas de assistentes sociais da época, porém, giravam sobretudo em torno da família, como parte do processo de reprodução material e ideológica da força de trabalho. Na ocasião do 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, ainda naquele decênio, as teses propostas por assistentes sociais e outras tentativas de produções teóricas das/os pioneiras/os da profissão davam uma mostra do que se fazia e como se pensava a profissão.



Décadas mais tarde, quando os tempos da fé no “feitiço da ajuda” – nos termos de Ana Elizabeth Mota (1991) –, respaldada por uma visão restrita e puramente endógena quanto às determinações da profissão, já iam longe, um novo processo político-organizativo e acadêmico-científico no seio do Serviço Social conduziu a debates sobre a necessidade de reorganização e fusão da Abess com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss). A antiga Abess, considerada uma das principais entidades do Serviço Social brasileiro, cederia, assim, espaço, a partir de dezembro de 1998, à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps). Tínhamos nos tornado uma categoria numericamente expressiva, com mais de 60 mil profissionais e diversas escolas em todo o país.

Qual os versos da canção “Chão de Estrelas”, a nova entidade Abepps pisava “nos astros distraída”, pois, mesmo com intenso debate e análise das tranformações societárias em curso, não se conheciam os crescentes desafios que aguardavam a entidade e a categoria no limiar do novo século e milênio, como: o sistema de avaliação do trabalho docente, o sistema de cotas e particularmente a escalada do ensino privado, com a polêmica entrada em cena dos cursos de graduação à distância. Fez deles o seu palco iluminado e a ventura de toda uma mobilização política e acadêmica. A Abepps também tem grande contribuição nessa história, por seu papel político e acadêmico estratégico, e por fazer parte dessa caminhada que já dura 80 anos!



No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.
(Mensagem de veto).
Dispõe sobre a profissão de Assistente
Social e dá outras providências.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
do Congresso Nacional

"novas avenidas"
na história da
profissão!

MARÇO

1957-1993

O Serviço Social é uma profissão de nível superior e regulamentada por Lei

Revirando a noite, revelando o dia...

A legitimidade do Serviço Social como profissão foi se construindo e se impondo a empregadores/as e usuários/as. Desde os anos 1930, contavam-se já algumas movimentações, no âmbito do Estado, em favor da legalização da prática e do ensino do Serviço Social. Se pensarmos que se tratava de um período em que muito ainda estava por ser pensado e inaugurado, em termos de organização política e jurídica da profissão, essas são iniciativas fundadoras. Entidades como a já citada Abess e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (Abas) foram as protagonistas dessa primeira regulamentação.

O mundo saíra do caos e morticínio da guerra e o Brasil, desde 1946, gozava de uma trégua democratizante, após o longo período de ditadura estadonovista. A sociedade brasileira entrava em sua fase desenvolvimentista e a modernização econômica exigia aparatos técnicos e científicos à altura. O computador já havia sido inventado na década anterior, novas e importantes vacinas se popularizavam e o automóvel introduzia noções de autonomia, mobilidade e velocidade

que, junto com os meios de comunicação, constituiriam os primeiros aceleradores da noção de tempo. Desde o século XIX, com a fotografia e o cinema, mais a progressiva difusão de notícias, principalmente com o advento da televisão, nos anos 50, o mundo se interligava, não apenas em matéria de divertimento, mas de informação e de conhecimento da realidade social. O Serviço Social, profissão surgida no século XX, participará do desenho da sociedade brasileira em seus aspectos sociais, econômicos e industriais, e do surgimento e criação de algumas de suas principais instituições sociais e de qualificação da força de trabalho, como Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), dentre outros.

Por isso, por mais incipiente que pudesse ser, a primeira Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 3.252, sancionada pelo então presidente Juscelino Kubitschek em 27 de agosto de 1957, abria “novas avenidas” na história da profissão. Embora muito sucinta, ela seria fundamental para os movimentos subsequentes de definição, expansão e consolidação do mercado de trabalho, bem como de organização política de assistentes sociais. Todavia, passados 30 anos da sua aprovação, desencadeou-se um debate no seio da profissão, com vistas à proposição de uma nova lei, mais condizente com o forte processo de renovação do Serviço Social ocorrido nesse interim, especialmente no período pós-ditadura civil-militar. A nova Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, foi, assim, sancionada pelo presidente Itamar Franco, permitindo um sem número de atualizações dos instrumentos profissionais e oferecendo maior respaldo jurídico ao exercício profissional e à atuação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Deixava-se definitivamente para trás os traços político-ideológicos de tutela à tradição católica nacional. Doravante, os/as numerosos/as assistentes sociais, mulheres e homens, espalhados pelo Brasil, com maior viés militante combativo e libertário, procurarão escrever novos capítulos da história da profissão. Muito ainda estaria por ser construído, inspirando-nos no legado de referências críticas e criativas de feministas históricas brasileiras de vulto como Nísia Floresta, Berta Lutz, Cecília Meireles, Pagu, Clarice Lispector. “Daqui pra frente, tudo vai ser diferente”, como cantava o poeta. Viva o Serviço Social! E viva o 8 de março!

GRITO DE
MORADIA DIGNA!

CO SOCA
omisso de classe
uma sociedade
nanciada

comemoração
e luta!

DIRETOS

ÉTICA

MAIO

CARTERA DE TRABALHO
E
PREVIDENCIA SOCIAL

TRABALHO
RECEBER

EXPI

dia (a)

15 DE MAIO

Dia do/a Assistente Social no Brasil

Canta a canção da vida...

O Serviço Social, profissão que, no Brasil e mundialmente, dedica-se historicamente a enfrentar todos os dias os inúmeros desafios das conjunturas econômicas e seus impactos sobre os programas e políticas sociais e, consequentemente, sobre as populações em situação de miséria e pobreza, precisa muito, por isso mesmo, se comemorar. É necessário fazer balanços políticos e organizativos, refinar táticas e estratégias e proceder a mudanças, para melhor responder a todo um leque de desafios intelectuais, sociais, culturais e econômicos. Mas é fundamental também comemorar os passos dados a cada ano na organização de assistentes sociais e todas as conquistas no longo embate e acúmulo de forças ora local, ora nacional e mesmo internacional, rumo ao fortalecimento do projeto ético-político e ainda a articulação junto aos sujeitos sociais que buscam um novo projeto societário.

O dia 15 de maio é assim um dia de comemoração. Escolhido como Dia da/o Assistente Social no Brasil, esta data está incrustada de diversas maneiras na história da profissão, dentro e fora do país. A primeira e mais importante referência ao 15 de maio liga-se à encíclica papal *Rerum Novarum* (1891), que nada mais era que uma Carta Circular, intitulada *Novos Acontecimentos*. Foi uma resposta da Igreja Católica, no século XIX, ao ascenso da sociedade urbana e industrializada na Europa, então premida por uma forte luta de classes, e também pela expansão do racionalismo e da ciência. Ela critica a concentração de riqueza nas mãos de poucos, mas também a pretensão socialista de supressão da propriedade privada. Ambivalente, portanto, este documento denuncia ainda os excessos da sociedade fabril, como as duras cargas horárias e o trabalho infantil. Foi a partir justamente desta encíclica, de conteúdo reformista, assinada pelo Papa Leão XIII, que vão começar a se organizar e desenvolver mundo afora iniciativas de apostolado cristão e laico e ainda para controle social das famílias operárias em situação de miséria ou vulnerabilidade econômica. Tais iniciativas, em muitos lugares, vão estar associadas ao surgimento do Serviço Social e do/a profissional assistente social.

Coincidência ou não, o Decreto 994, que cria e regulamenta os órgãos de fiscalização do exercício profissional no Brasil, ou seja, os O Conselho Federal e os Regionais, foi publicado justamente em 15 de maio de 1962. Como dizem Acosta et al na revista *Serviço Social e Sociedade* nº 102 (abril/2010), inspiradas no historiador inglês Eric Hobsbawn, “a história fala daquilo que acontece visto de fora e as memórias falam daquilo que acontece visto de dentro”. Para além destes fatos fundadores maiores, começa, portanto, uma nova dinâmica do Conjunto CFESS-CRESS em torno do dia 15 de maio, a partir da segunda metade dos anos 1990, quando as comemorações desta data vão ganhar maior peso entre as atividades de reflexão, formação e posicionamento político da categoria de assistentes sociais brasileiros/as. Consistiam, inicialmente, em eventos realizados numa tarde, manhã ou jornada, mas, pouco a pouco, foram se instituindo semanas de Serviço Social e mesmo programações levadas a cabo pelos CRESS e unidades de ensino durante todo o mês de maio. O CFESS teve um peso importante neste processo, ao propor, em parceria com os CRESS, campanhas de divulgação e informação sobre o papel da/o assistente social em todo o Brasil,

por meio de outdoors, cartazes, folders, vídeos, adesivos, entre outros. A cada ano, tais eventos têm se superado em criatividade e combatividade política. É assim que as/os assistentes sociais entoam os seus cantos pela vida, demonstrando querer ter “voz ativa” e no destino da profissão mandar, sem medo, como diria o poeta Chico Buarque de Holanda, de que o tempo rode num instante e mande o destino pra lá.



Srs. Governantes
resposta é não
GREVE
WELL BOM
50 PERG
DE CUNTA
COMPRANTAS PROFISSIONAIS
DEPOIS VOLTAMOS AS AULAS
ENSINO
PUBLICO
CAAS

educar também
quem educa

JULHO

1982. CURRÍCULO MÍNIMO
1996. DIRETRIZES CURRICULARES

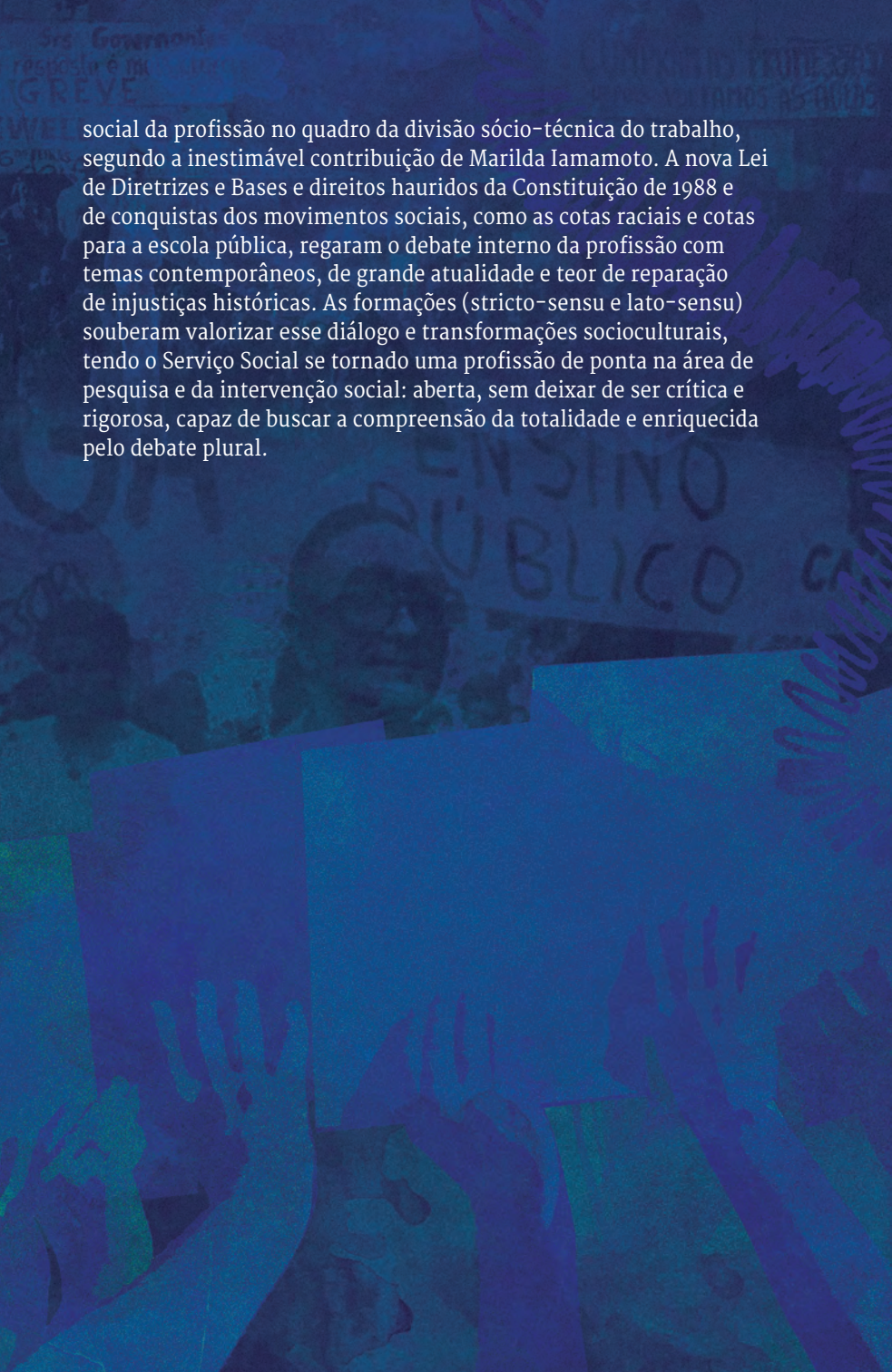
Trabalho e Formação

Entornando o vinho...

“Arroz, feijão, saúde e educação!” ... Palavras de ordem como essa, gritadas e cantadas em atos e passeatas contra a ditadura civil-militar, nos movimentos de greve, nas lutas docentes e estudantis, pouco a pouco penetraram a sensibilidade social e política de profissionais como o/as assistentes sociais. Após o Congresso da Virada e a Convenção da ABESS, em 1979, os nossos próprios anseios por mudanças efetivas na formação profissional não podiam mais calar. Para darmos consequência e efetividade prática ao Movimento de Reconceitualização, em sua vertente de intenção de ruptura, em franca expansão a partir de meados dos anos 70, seria preciso, como bem sugeriu K. Marx “educar também o educador”. Mudanças em

profundidade na formação profissional eram exigidas de forma a construir e fortalecer um novo perfil profissional. A leitura crítica da conjuntura nacional, latino-americana e internacional fez parte deste intenso e progressivo movimento de transformação. Desde Maio de 68 na França até as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, estudantes foram baluartes de um modelo de universidade que representasse os interesses das classes trabalhadoras e das minorias sociais. A universidade, de fato, não é uma ilha e não pode se fechar aos movimentos sociais que sacodem política e culturalmente a sociedade. O Serviço Social soube também construir para si este protagonismo nos anos 80, graças às entidades nacionais da categoria, CENEAS, ANAS e CFESS, e muito especialmente a ABESS, que agora se chamava Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social.

O debate teórico, histórico e metodológico foi uma das molas-mestras desta construção paciente e exigente quanto a um novo dever profissional, contando com a participação ativa de professores, pesquisadores e estudantes de todo o país. José Paulo Netto, um dos muitos intelectuais da reforma curricular do Serviço Social, enxergou, com total acuidade, em seu livro *Ditadura e Serviço Social* (1998), que as alterações profissionais têm estreita ligação com as transformações societárias, dada a sua repercussão sobre a divisão sócio-técnica do trabalho e logo, sobre o complexo teórico, prático, político e cultural inerente a cada profissão. Somos todos, assim, atores desse grande processo e nos transformamos no seu desenrolar. Somos todos sujeitos marcados pelo tempo social e cultural no qual estamos inscritos. O nosso projeto político-profissional tem, pois, se desenvolvido e aprimorado ao longo dos anos, após argutos processos de crítica e autocrítica, alimentados pelas novas lutas em questão. As primeiras bases teóricas do Currículo de 1982, que também influenciariam o Código de 1986, mostraram-se insuficientes. A perspectiva histórico-dialética requeria, mais tarde, um aprofundamento a partir dos clássicos do marxismo e do pensamento social, de modo a distinguir o processo de renovação da profissão da tentação reducionista e mecanicista. A análise da realidade social foi um primeiro passo nessa direção, posteriormente acrescida de conteúdos fundamentais no âmbito da reforma curricular de 1996, considerados imprescindíveis a uma adequada compreensão do papel

The background is a dark, textured collage. It features a central image of a man with glasses, possibly a political figure, surrounded by various protest-related elements. At the top left, there is text in Portuguese: 'Sr. Governante', 'resposta é não', and 'GREVE'. At the top right, it says 'OS TRABALHADORES' and 'TOMOS AS ARMAS'. In the center, there is a large, stylized text 'ENSINO PÚBLICO'. At the bottom, there are several raised hands, suggesting a crowd or protest. The overall color palette is dark, with shades of blue, green, and black.

social da profissão no quadro da divisão sócio-técnica do trabalho, segundo a inestimável contribuição de Marilda Iamamoto. A nova Lei de Diretrizes e Bases e direitos hauridos da Constituição de 1988 e de conquistas dos movimentos sociais, como as cotas raciais e cotas para a escola pública, regaram o debate interno da profissão com temas contemporâneos, de grande atualidade e teor de reparação de injustiças históricas. As formações (*stricto-sensu* e *lato-sensu*) souberam valorizar esse diálogo e transformações socioculturais, tendo o Serviço Social se tornado uma profissão de ponta na área de pesquisa e da intervenção social: aberta, sem deixar de ser crítica e rigorosa, capaz de buscar a compreensão da totalidade e enriquecida pelo debate plural.



liberdade

direitos humanos

cidadania democracia

diversidade justiça social

projeto societário pluralismo

qualidade de

serviços prestados

contra a discriminação

articulação com lutas emancipatórias

AGOSTO

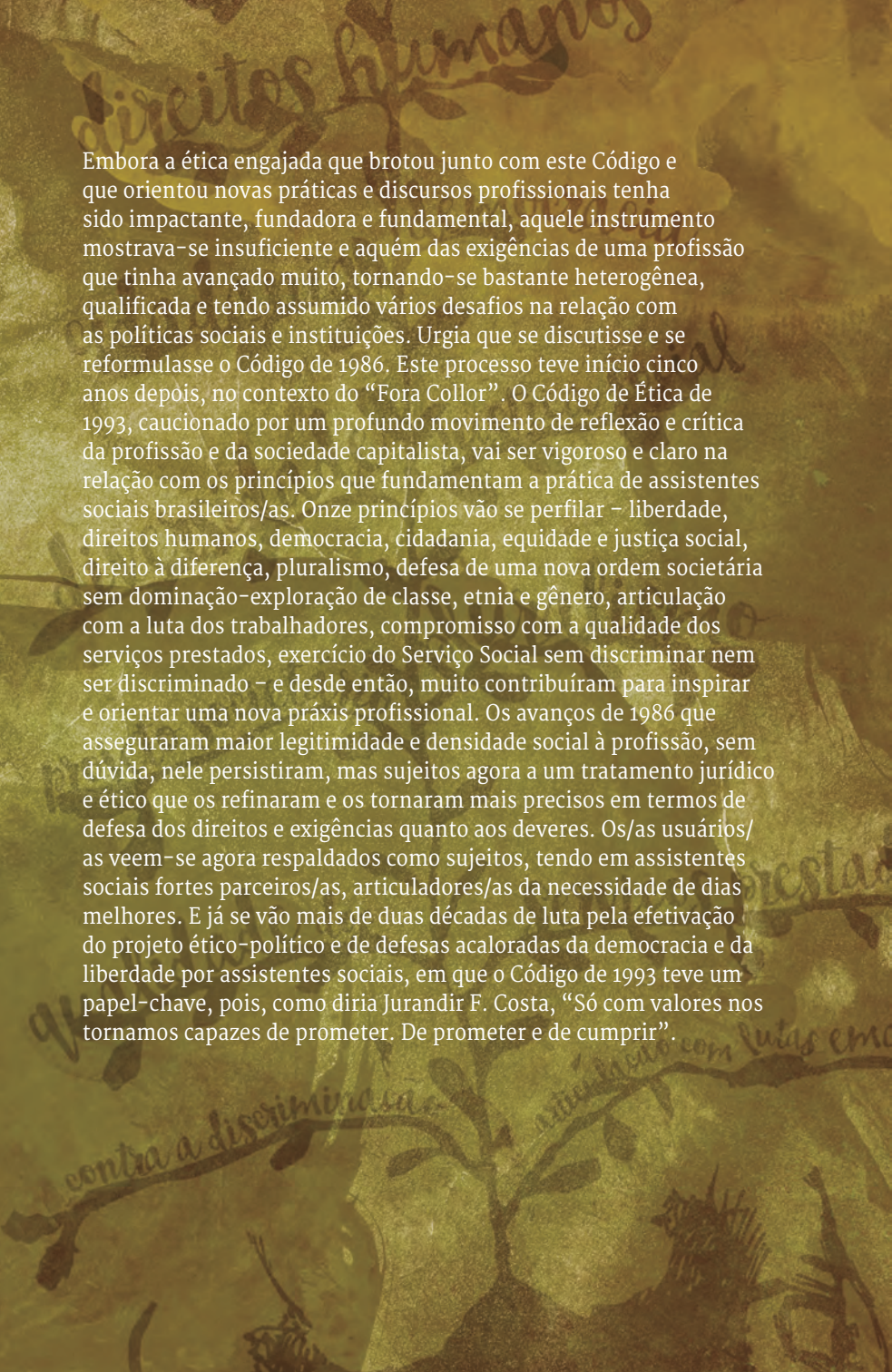
1986-1993



Canta, canta, canta, canta...

Os/As assistentes sociais brasileiros/as conseguiram elaborar uma primeira versão do seu Código de Ética em 1947, com vistas a criar as bases para a regulamentação da profissão. Tinha-se então como valor central a perfectibilidade humana e se referenciava o bem comum numa perspectiva cristã. Este documento foi posteriormente alterado em 1965, já no contexto da ditadura civil-militar, introduzindo um elemento assaz revelador das condições políticas e profissionais da época, qual seja, a defesa da neutralidade científica na pesquisa e na ação. Era uma estratégia para silenciar convicções políticas inspiradas no projeto de reformas de base dos anos 1960 e na grande movimentação cultural que sacudiu o mundo artístico e estudantil, em consonância com o que acontecia na cena internacional.

A primeira metade do século XX tinha sido de revoluções e de avanço da luta sindical e partidária, bem como fora abalada por duas guerras mundiais. O socialismo era assim uma possibilidade concreta, o que significava, em nosso continente, uma ameaça para as forças conservadoras urbanas e rurais, em especial os grandes oligopólios, que se articularam e impuseram, com as bênçãos da Agência Americana de Informação (CIA), uma série de ditaduras na América Latina. Por isso, somente a partir de meados da década de 1970, é que outro tipo de articulação política, agora à esquerda, vai começar a se fazer possível na profissão. A crítica da realidade social no Brasil e na América Latina foi o nosso primeiro passo nessa direção. Após o Congresso da Virada em 1979 e com a redemocratização de algumas instituições e instâncias sociais, assistentes sociais, já nos anos 1980, sob uma nova direção do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, vão, em parceria com as unidades acadêmicas, propor a revisão do Código de Ética. Em sintonia com os acontecimentos em marcha no cenário político nacional, será aprovado em 1986 um novo Código de Ética, que tem como eixo o compromisso com a classe trabalhadora. Haverá doravante uma ênfase numa atuação junto a grupos e projetos comunitários, em detrimento dos esforços de integração do indivíduo, como era a aspiração das formulações éticas tradicionais e modernistas-conservadoras.



Embora a ética engajada que brotou junto com este Código e que orientou novas práticas e discursos profissionais tenha sido impactante, fundadora e fundamental, aquele instrumento mostrava-se insuficiente e aquém das exigências de uma profissão que tinha avançado muito, tornando-se bastante heterogênea, qualificada e tendo assumido vários desafios na relação com as políticas sociais e instituições. Urgia que se discutisse e se reformulasse o Código de 1986. Este processo teve início cinco anos depois, no contexto do “Fora Collor”. O Código de Ética de 1993, caucionado por um profundo movimento de reflexão e crítica da profissão e da sociedade capitalista, vai ser vigoroso e claro na relação com os princípios que fundamentam a prática de assistentes sociais brasileiros/as. Onze princípios vão se perfilar – liberdade, direitos humanos, democracia, cidadania, equidade e justiça social, direito à diferença, pluralismo, defesa de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, articulação com a luta dos trabalhadores, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, exercício do Serviço Social sem discriminar nem ser discriminado – e desde então, muito contribuíram para inspirar e orientar uma nova práxis profissional. Os avanços de 1986 que asseguraram maior legitimidade e densidade social à profissão, sem dúvida, nele persistiram, mas sujeitos agora a um tratamento jurídico e ético que os refinaram e os tornaram mais precisos em termos de defesa dos direitos e exigências quanto aos deveres. Os/as usuários/as veem-se agora respaldados como sujeitos, tendo em assistentes sociais fortes parceiros/as, articuladores/as da necessidade de dias melhores. E já se vão mais de duas décadas de luta pela efetivação do projeto ético-político e de defesas acaloradas da democracia e da liberdade por assistentes sociais, em que o Código de 1993 teve um papel-chave, pois, como diria Jurandir F. Costa, “Só com valores nos tornamos capazes de prometer. De prometer e de cumprir”.

contra a discriminação

com luta em



educação
não é
mercadoria

SETEMBRO

1988. SESSUNE
1993. ENESSO

Movimento Estudantil de Serviço Social

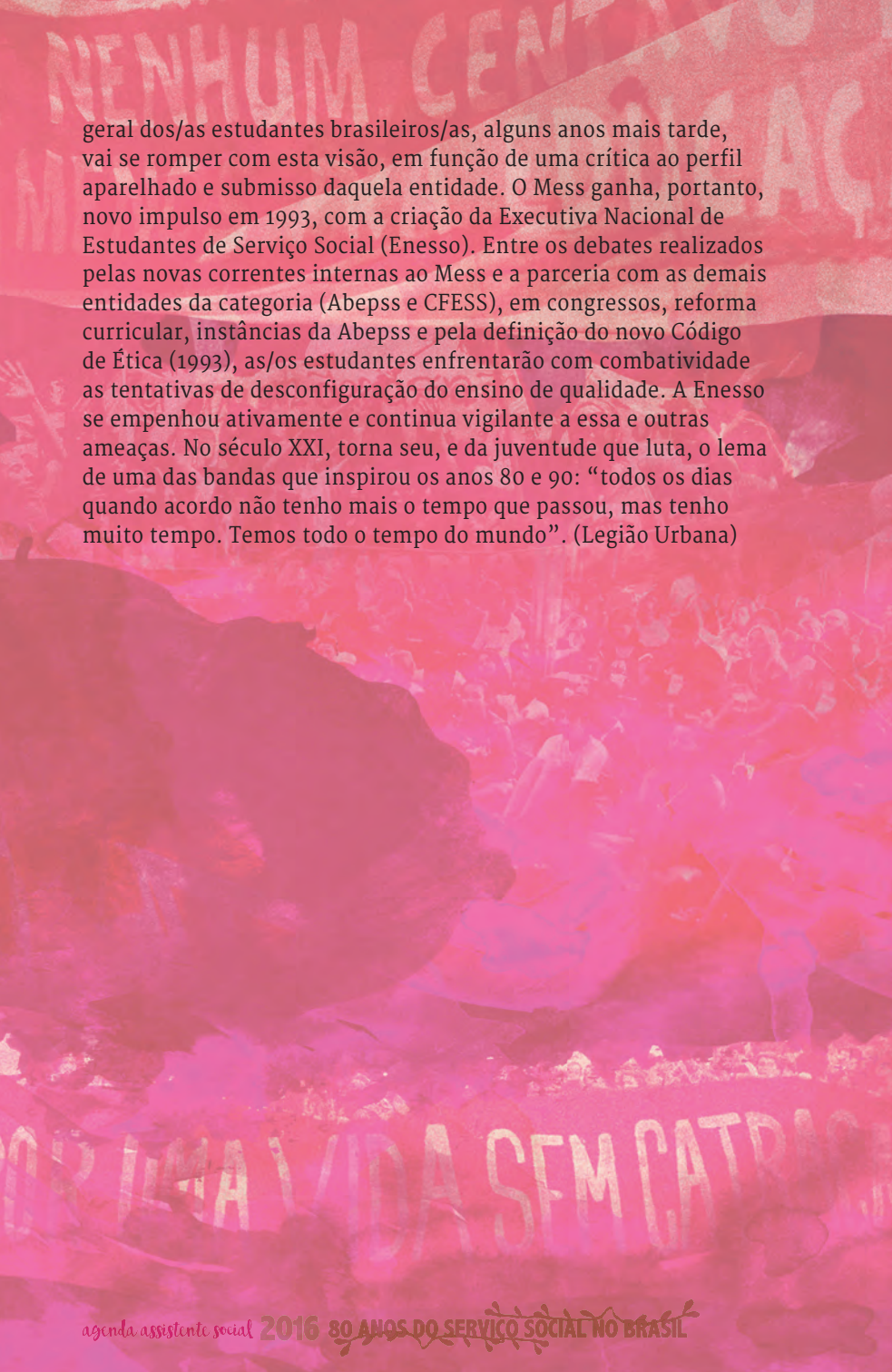
Canta a canção da gozo...

O movimento estudantil em Serviço Social (Mess), como outros movimentos sociais protagonizados pela juventude, tem a marca da urgência, da sede de viver e de transformar a sociedade. Desta centelha criativa, as/os estudantes fazem uma grande chama, no intuito de provocar mudanças nas estruturas institucionais do mundo, cheio de condicionalismos e conformismo. As/Os estudantes têm assim a capacidade histórica de sacudir o firmamento. No Serviço Social, não é nem foi diferente, mesmo com uma história descontínua, como a da democracia no Brasil. Embora a documentação do primeiro período seja escassa, depoimentos de

profissionais para trabalhos de pesquisa de graduação e de mestrado sobre o tema situam os primórdios do engajamento de estudantes de Serviço Social ainda nos anos 1960, com realização de encontros de área e mesmo o esboço de uma entidade estudantil. Algumas dessas pessoas se tornaram profissionais de destaque na profissão, tendo, no passado, suas primeiras inserções políticas na militância da juventude universitária católica e, em menor proporção, em partidos políticos de esquerda e comunistas.

Com o endurecimento do regime, tudo cessa até nova reorganização de estudantes de Serviço Social por volta de 1978. Desde então, não houve mais quebra. Os/As estudantes participaram ativamente das lutas gerais, em especial da luta pela redemocratização. No seio da categoria, o Mess vai ter o seu batismo político durante o famoso Congresso da Virada, quando reivindicava uma maior representação de estudantes, para além dos/as exíguos/as 2 alunos/as previstos/as pela Comissão Organizadora. As/Os estudantes assim foram igualmente vitoriosas/os, com a derrubada da direção conservadora que vinha se dando aos rumos da profissão. Nos seus fóruns, reuniões de Centros Acadêmicos (CA), Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (Eress), Conselho de Entidades de Base de Serviço Social (Coness) e, no seu evento maior, o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), foram procurando interferir num sem número de assuntos ligados à formação profissional, mas também relacionados ao movimento estudantil em geral, com sua pauta imbricada de reflexões sobre a educação e o papel da universidade, mais a defesa do ensino público e gratuito.

Entre 1978 e 1988, estudantes de Serviço Social participaram de pelo menos três grandes momentos da história da profissão: debate do novo currículo mínimo de Serviço Social em 1982, o que mostra uma atuação bastante sintonizada com a então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess); depois, o ME acompanhou igualmente e se embebeu da direção social de compromisso com os/as trabalhadores/as, presente no Código de Ética de 1986. Foram lutas e eventos com o cariz de “intenção de ruptura” (cf. José Paulo Netto) e se nutriram reciprocamente. Em 1988, foi criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (Sessune). Se o motivo era fortalecer a entidade



geral dos/as estudantes brasileiros/as, alguns anos mais tarde, vai se romper com esta visão, em função de uma crítica ao perfil aparelhado e submisso daquela entidade. O Mess ganha, portanto, novo impulso em 1993, com a criação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). Entre os debates realizados pelas novas correntes internas ao Mess e a parceria com as demais entidades da categoria (Abepps e CFESS), em congressos, reforma curricular, instâncias da Abepps e pela definição do novo Código de Ética (1993), as/os estudantes enfrentarão com combatividade as tentativas de desconfiguração do ensino de qualidade. A Enesso se empenhou ativamente e continua vigilante a essa e outras ameaças. No século XXI, torna seu, e da juventude que luta, o lema de uma das bandas que inspirou os anos 80 e 90: “todos os dias quando acordo não tenho mais o tempo que passou, mas tenho muito tempo. Temos todo o tempo do mundo”. (Legião Urbana)



*correndo o mundo e
correndo perigo*

OUTUBRO

ANOS 90

(MERCOSUL•FITS•COLACATS)

Serviço Social rompendo fronteiras

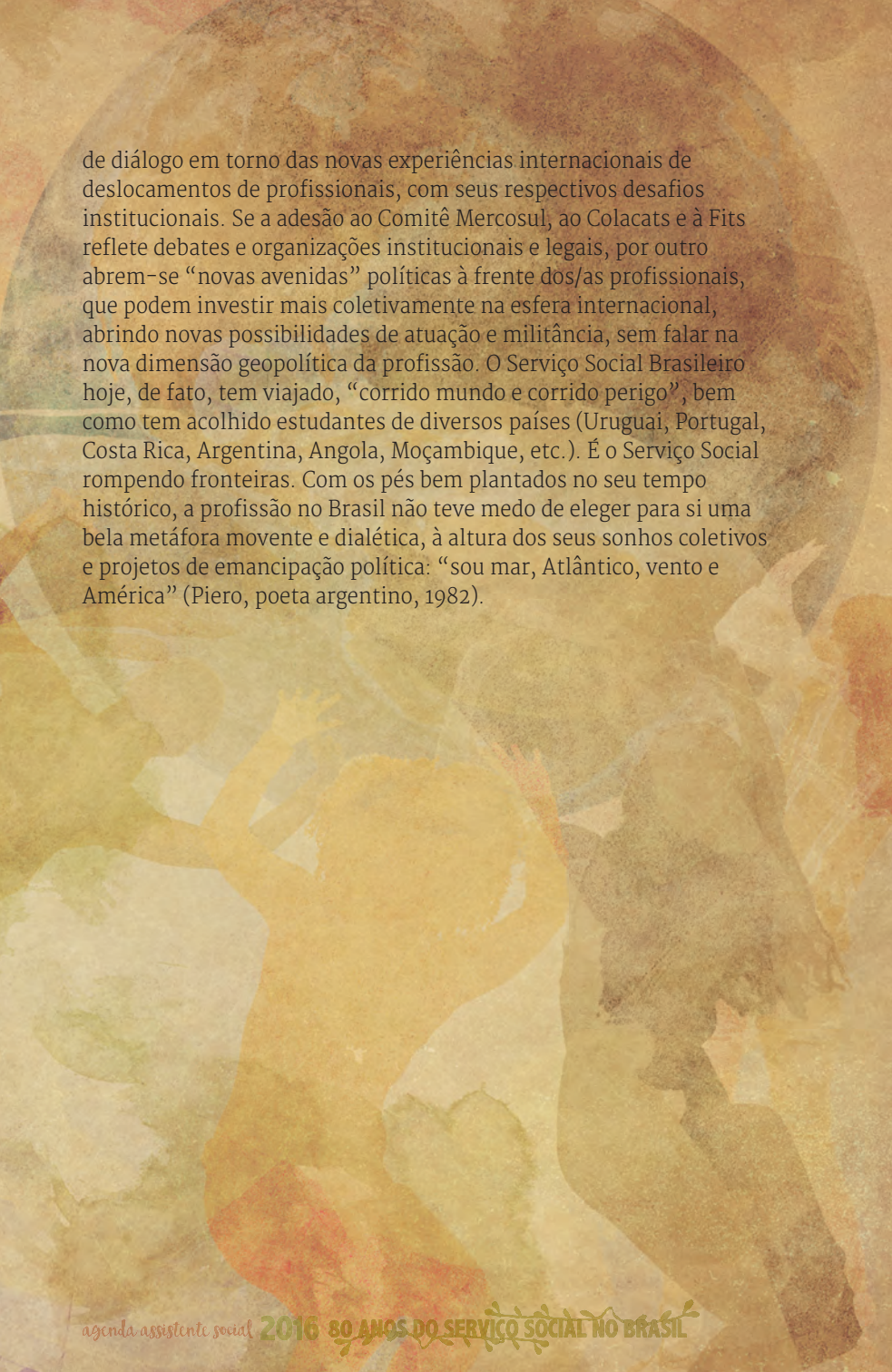
Canta a canção da graca...

Serviço Social latino-americano tem uma história muito rica, não apenas pela sua guinada crítica, como parte dos primeiros passos significativos de resistência política de profissionais contra as ditaduras, mas também pela capacidade de articulação no continente e por uma reinvenção da relação teoria-prática. No que tange ao Brasil, a história crítica da profissão começa a se escrever a muitas mãos, dentro e fora do país. O Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats), cuja diretoria ficava em Lima (Peru), foi um organismo decisivo no apoio à renovação do Serviço Social latino-americano. O novo ethos político e social que ali brotou favoreceu, no

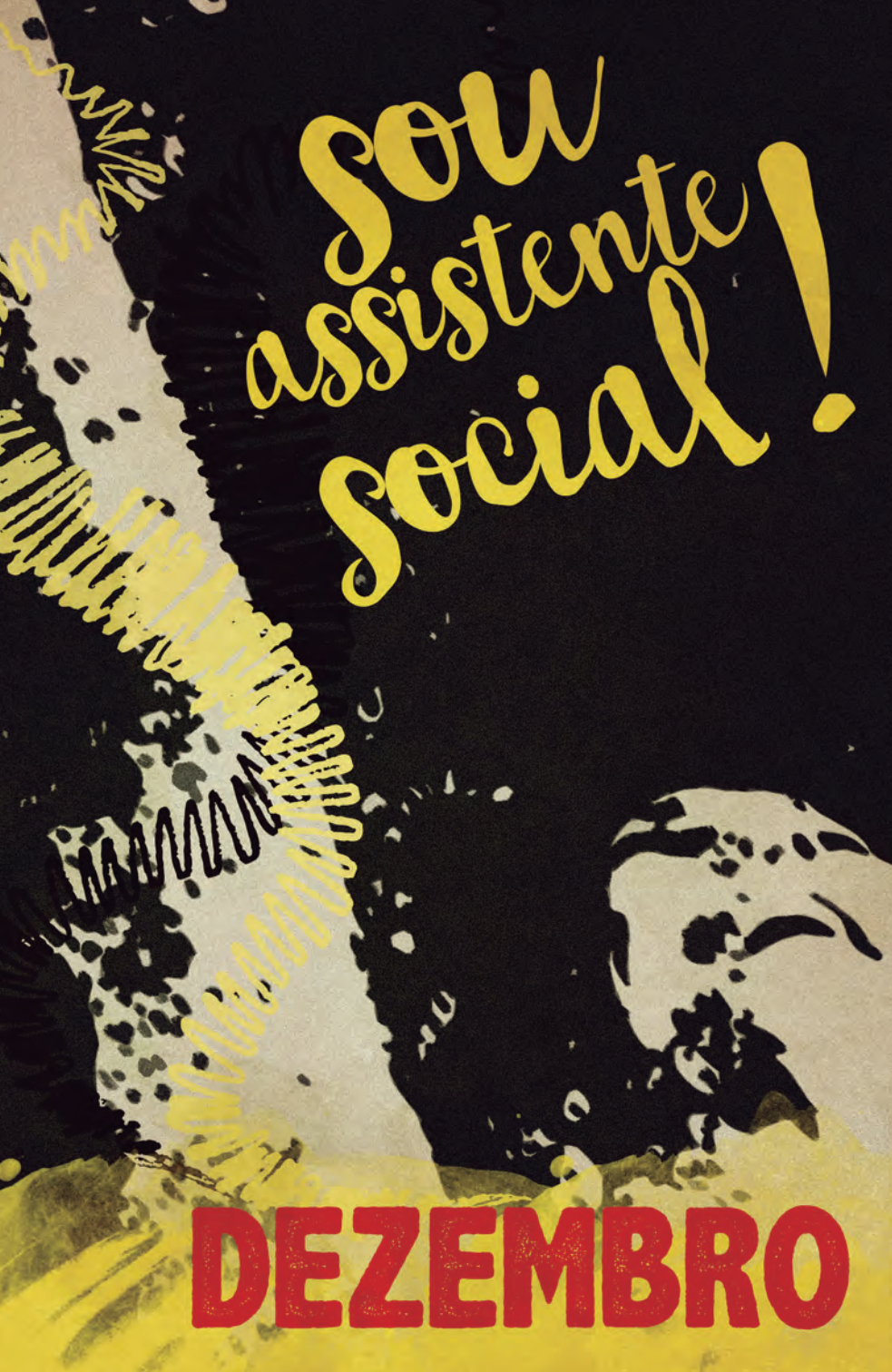
caso brasileiro, pouco a pouco, avanços na relação entre universidade e sociedade, entre o conjunto das entidades da categoria e intensas modificações na relação entre o mundo acadêmico e o mundo profissional. Esta riqueza de relações, vale dizer, foi construída e é fruto de uma direção social que se configurou no seio da profissão no contexto da luta pela democracia dentro e fora do país.

Este panorama prévio permite que se compreenda o posicionamento das entidades da categoria, ao fortalecerem a iniciativa de construção do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, chamado Comitê Mercosul, em 1996. Como resposta ainda aos primeiros ventos da globalização no Cone Sul na segunda metade dos anos 1990, com seus impactos no mercado de trabalho local e exigências de redefinição de regras trabalhistas (extensivas dali em diante à profissionais em circulação pelos países signatários), o Serviço Social brasileiro, por meio do CFESS e apoio da Abepss, enxergou a premência de participar desse processo. Esta missão vincula-se, sem dúvida, à função primordial dos Conselhos de Serviço Social, a saber: defesa e fiscalização do exercício profissional, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e o Código de Ética do/a Assistente Social (1993). No caso da Abepss, seu papel na construção da política de formação profissional, com a definição dos conteúdos curriculares, mais supervisão de sua qualidade. Fruto dessa atuação conjunta, o Serviço Social brasileiro fortaleceu o Comitê Mercosul, resultando em acordos internacionais entre os países participantes (Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina). Fruto da intensa articulação latino-americana, expandindo-se aos países do Caribe, em 2013, foi constituído o Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (Colacats), incorporando o acúmulo histórico do Comitê Mercosul e integrando 12 países.

Foi nessa esteira de investimentos políticos e organizativos que a categoria também aderiu, em 1998, à Federação Internacional de Serviço Social (Fits ou IFSW, em inglês). Como as entidades brasileiras estiveram durante muito tempo em mãos conservadoras, havia um receio da categoria em participar de entidades internacionais com um perfil de atuação diferente do nosso. No entanto, esse chamado à participação também era uma determinação do processo de mundialização, isto é, de construção de espaços

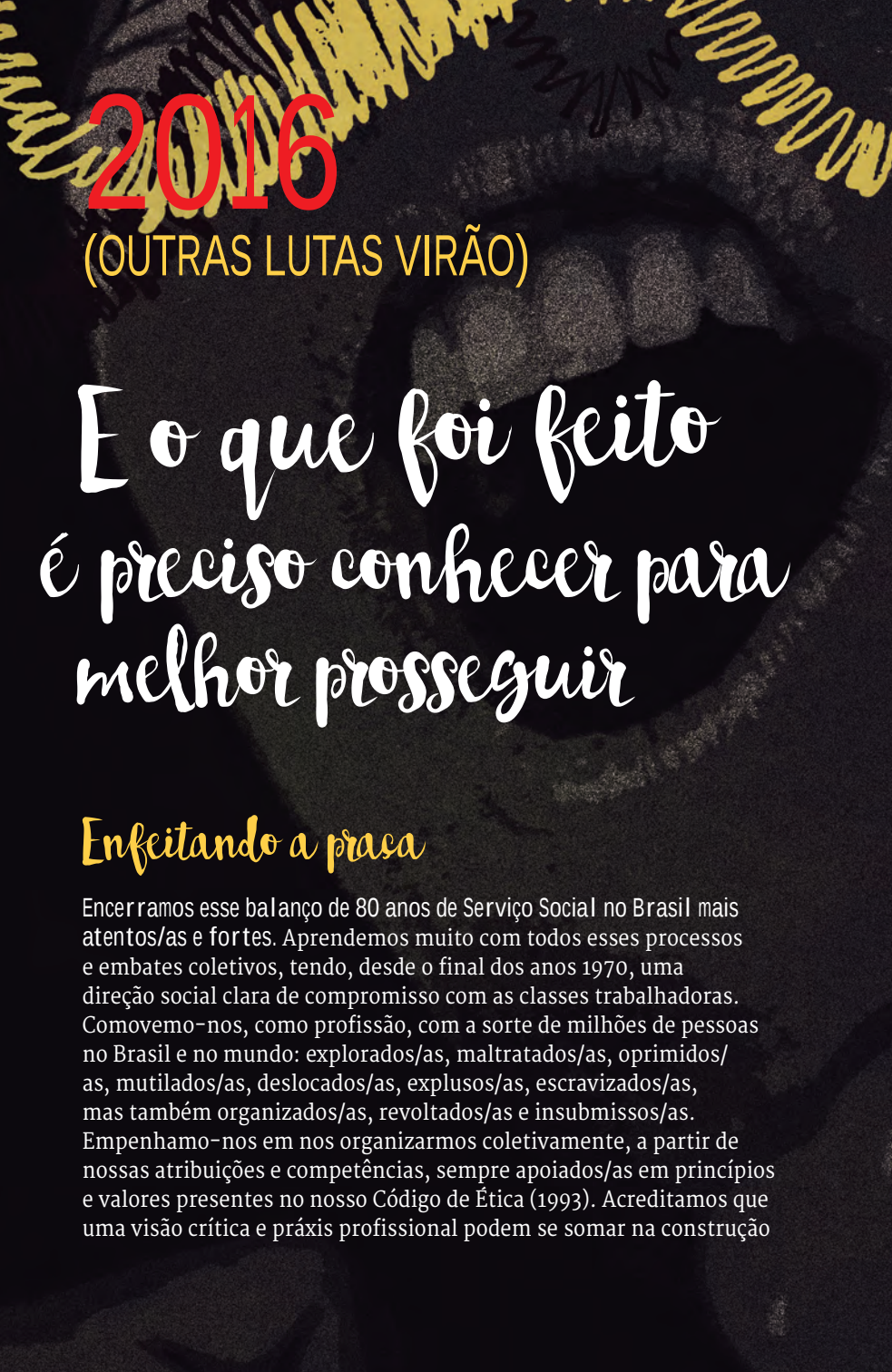


de diálogo em torno das novas experiências internacionais de deslocamentos de profissionais, com seus respectivos desafios institucionais. Se a adesão ao Comitê Mercosul, ao Colacats e à Fits reflete debates e organizações institucionais e legais, por outro abrem-se “novas avenidas” políticas à frente dos/as profissionais, que podem investir mais coletivamente na esfera internacional, abrindo novas possibilidades de atuação e militância, sem falar na nova dimensão geopolítica da profissão. O Serviço Social Brasileiro hoje, de fato, tem viajado, “corrido mundo e corrido perigo”, bem como tem acolhido estudantes de diversos países (Uruguai, Portugal, Costa Rica, Argentina, Angola, Moçambique, etc.). É o Serviço Social rompendo fronteiras. Com os pés bem plantados no seu tempo histórico, a profissão no Brasil não teve medo de eleger para si uma bela metáfora movente e dialética, à altura dos seus sonhos coletivos e projetos de emancipação política: “sou mar, Atlântico, vento e América” (Piero, poeta argentino, 1982).



son
assistente
social!

DEZEMBRO



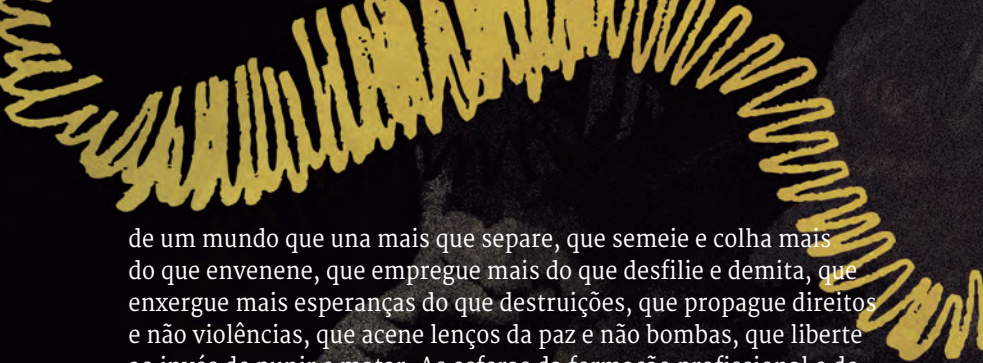
2016

(OUTRAS LUTAS VIRÃO)

E o que foi feito
é preciso conhecer para
melhor prosseguir

Enfeitando a prasa

Encerramos esse balanço de 80 anos de Serviço Social no Brasil mais atentos/as e fortes. Aprendemos muito com todos esses processos e embates coletivos, tendo, desde o final dos anos 1970, uma direção social clara de compromisso com as classes trabalhadoras. Comovemo-nos, como profissão, com a sorte de milhões de pessoas no Brasil e no mundo: explorados/as, maltratados/as, oprimidos/as, mutilados/as, deslocados/as, explusos/as, escravizados/as, mas também organizados/as, revoltados/as e insubmissos/as. Empenhamo-nos em nos organizarmos coletivamente, a partir de nossas atribuições e competências, sempre apoiados/as em princípios e valores presentes no nosso Código de Ética (1993). Acreditamos que uma visão crítica e práxis profissional podem se somar na construção



de um mundo que una mais que separe, que semeie e colha mais do que envenene, que empregue mais do que desfilie e demita, que enxergue mais esperanças do que destruições, que propague direitos e não violências, que acene lenços da paz e não bombas, que liberte ao invés de punir e matar. As esferas da formação profissional e do trabalho são ferramentas-chave no fortalecimento dessas posturas no exercício da profissão, que apontem para a emancipação e a autonomia dos indivíduos sociais.

O breve século XX terminou com a queda do Muro de Berlim, mas foi um século intenso, em que várias revoluções aconteceram, orientadas pela necessidade de construção de uma nova sociedade. A profissão de Serviço Social dela fez parte e, nesses oitenta anos, teceu para si um projeto ético-político que condiz com o que de melhor o século XX nos brindou. Ao lado da utopia que nos instiga, estamos cientes de que, à nossa frente, há usuários/as organizados/as em classes sociais, sujeitos inseridos nos movimentos sociais, a lutar por liberdade e pelo direito às diferenças (orientação sexual, confessionais, de gênero, etc.). Atuamos no cotidiano, mas sabemos que a história, por vezes, move-se aos saltos. Inserido/as em diversos espaços institucionais, permanecemos atentos/as à complexidade, para a qual somos todos/as profissionalmente requisitados/as a desvendar.

Demonstramos uma capacidade de inventividade e de resposta para toda uma gama de problemas com os quais os/as usuários/as se deparam. Fomos participantes ativos/as, no pós-1988, da regulamentação e implementação de direitos constitucionais, com a definição e montagem de sistemas integrados associados às políticas sociais. Nadamos na contracorrente das contrarreformas neoliberais, desde meados da década de 1990. Não contávamos, porém, no período mais recente, com provas tão contundentes de resistência ideológica às mudanças pela via da eclosão dos fundamentalismos na sociedade brasileira. A crise de uma das maiores experiências nacionais e latino-americanas de partido político e de seu projeto democrático-popular, também foi impactante, obrigando-nos a redefinir estratégias para os desafios



sociais e profissionais que nos aguardam. A sociedade brasileira tem passado ainda por processos muito controversos de acesso a mercadorias e consumo, a construção de governos e relação com a coisa pública. As ruas do país hoje se tingem de discursos, cores e ideologias que diferem profundamente do bloco de valores que ancoraram o projeto de cidadania erguido em 1988. Acentua-se o individualismo e a indiferença, com o claro delineamento de uma sociedade neoliberal, persistentemente desigual e violenta. O que poderia ser motor de renovação democrática traduz-se como reações fascistas ou alienação. O novo ano que entra requer assim, de cada um/a de nós, combatividade e lucidez, para que, junto com nossas entidades, possamos traçar, em meio a esse denso nevoeiro político, o nosso caminho. Que as âncoras da nossa motivação profissional reencontrem solo firme, para que novas flores brotem e prossigamos com o nosso canto de esperança, em aliança com os demais trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as que mantêm convicções e valores socialistas e democráticos, e suas lutas.

